



As perdas e danos não têm guarida quando a parte interpuser recurso perante o protelatório, já que para essa hipótese existe penalidade específica.

II - Nos recursos, os atos de ressarcimento limitam-se à multa prevista no art. 557 e são aplicáveis nos embargos de declaração protelatórios.

III - A pena imposta por recurso protelatório ou infundado inibe, inexoravelmente, a apresentação de outros recursos, se não recolhida pela parte causadora.

IV - A aplicação de multa por litigância de má-fé depende de requerimento da parte adversa.

V - A aplicação de multa inibe o arbitramento da indenização pelos prejuízos advindos à parte adversa do litigante de má-fé.

- a - Apenas os itens I, II e III são falsos;
- b - Apenas os itens I, II e III são verdadeiros;
- c - Apenas os itens I, II, III e IV são verdadeiros;
- d - Todos os itens são verdadeiros;
- e - Todos os itens são falsos.

82 - De acordo com o novo conceito de sentença dado pelo § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa coerente com as reformas introduzidas nos últimos tempos:

I - Em que pesem as alterações introduzidas pela Lei 11.232/2005, por força do caput do art. 267 do CPC, subsiste, mesmo que sob críticas, o entendimento de que com a sentença o juiz põe fim ao processo com ou sem resolução de mérito.

II - Com as alterações introduzidas, a natureza das decisões deverá ser buscada não apenas na sua finalidade, mas no seu conteúdo.

III - Permanece inalterado para as decisões interlocutórias o conceito de que é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.

- a - Todos os itens afiguram-se coerentes com as alterações introduzidas;
- b - Nenhuma das alternativas encontra sustentáculo nas alterações introduzidas;
- c - Só o item II é coerente;
- d - Só o item III é coerente;
- e - Só o item I é coerente.

83 - Antevendo que as reformas do ordenamento jurídico visam dar maior efetividade às decisões judiciais e analisando as obrigações de fazer, assinale a alternativa correta:

I - A alteração do valor das *astreintes*, a requerimento da parte ou de ofício, implica ofensa ao princípio da segurança jurídica.

II - A dedução das perdas e danos por não cumprimento da obrigação de fazer é formulada em ação própria, já que nesse tipo de relação obrigacional a satisfação se dá por tutela específica.

III - A imposição de multa inibe as perdas e danos.

- a - Os itens I e II são corretos;
- b - Os itens I e III são corretos;
- c - Só o item III é correto;
- d - Todos os itens são corretos;
- e - Todos os itens são falsos.



84 - Analisando os recursos aos Tribunais Superiores, assinale a alternativa falsa:

- a - A inconstitucionalidade reflexa obsta o acesso ao Supremo Tribunal Federal, antes da apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça da matéria infraconstitucional;
- b - O Procurador do Estado, com base na doutrina, pode alegar que é vedado ao tribunal de origem, no juízo de admissibilidade, pronunciar-se pela negativa de vigência da lei federal;
- c - Os embargos de declaração interpostos com o fim de prequestionamento não devem ser tidos como protelatórios;
- d - Está vedada por súmula a revisão de matéria pelo Superior Tribunal de Justiça decorrente de liminar;
- e - Todas as alternativas são falsas.

85 - Indique a sequência correta das assertivas abaixo, como corretas (C) ou erradas (E):

I - O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, não se aplica ao reexame necessário.

II - Admite-se recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento do precatório.

III - Após a vigência da Lei 11.232, de 22.12.2005, nos processos sob procedimento comum sumário, tendo por objeto ressarcimento de danos por acidente de veículo em vias terrestres, a execução de sentença ilíquida, proferida pelo magistrado, far-se-á após simples requerimento da parte interessada, com intimação do advogado do executado.

IV - Não sendo requerida a execução da sentença no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, de ofício, independentemente de requerimento da parte executada.

- a - E, E, E, C;
- b - C, C, E, E;
- c - E, C, E, C;
- d - C, E, C, C;
- e - C, E, E, E.

86 - Marque a assertiva incorreta:

- a - A sentença deve ser certa, a não ser quando decida relação jurídica condicional;
- b - Admite-se recurso da decisão de liquidação de sentença;
- c - É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública;
- d - O levantamento de depósito em dinheiro, na execução provisória da sentença, estará sempre condicionada à prestação de caução idônea e suficiente, a ser obrigatoriamente arbitrada pelo juiz;
- e - A apreciação de questão prejudicial, decidida incidentemente no processo, não faz coisa julgada.

87 - Assinale a alternativa certa:

- a - Comparecendo o réu ao processo apenas para arguir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele compareceu espontaneamente aos autos;



Quando o juiz reconhecer a demência do réu ou sua impossibilidade de receber citação, deverá ao citando um curador, observando a preferência estabelecida na lei civil, o qual passará a representar o réu em todos os processos judiciais em andamento a partir desta nomeação;

c - A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente que o réu está em local incerto ou ignorado, incorrerá em multa de 10% (dez por cento) do valor da causa;

d - Nos processos de conhecimento, cautelar e de execução, quando, por três vezes, o oficial de Justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação na hora que designar;

e - A chamada citação circundata é aquela nula ou imperfeita, a exemplo da citação de pessoa jurídica de direito público, realizada pelo correio, que é vedada expressamente por lei, em qualquer hipótese.

80 - Analise as proposições seguintes e escolha a alternativa correta, considerando F para errado e C para certo.

I - Quando se trata de litisconsórcio unitário a decisão judicial é obrigatoriamente única.

II - Para que possa ser feita a oposição não é preciso que tenha havido a citação do réu no processo principal, pois a ação pode ser inicialmente proposta pelo oponente contra o autor.

III - Feita a denunciação à lide pelo réu, se o denunciado comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na demanda até o final.

IV - Se o fâmulo da posse é demandado deve chamar o possuidor direto a intervir no feito, por meio do instituto da nomeação à autoria.

V - Pode-se dizer que o chamamento ao processo é uma forma de o réu, a seu critério e vontade, formar um litisconsórcio passivo.

a - E, E, C, E, C;

b - C, C, E, E, E;

c - C, E, C, C, C;

d - E, E, C, C, E;

e - E, E, C, E, C.

89 - Assinale a assertiva correta:

a - Ao despachar a inicial do mandado de segurança, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente, com cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações que achar necessárias;

b - Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*, a não ser nos casos de mandado de segurança preventivo, que preferem àqueles, devendo ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator;

c - O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o

seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente;

d - Os representantes judiciais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas respectivas autarquias e fundações, serão intimados via imprensa oficial, pelo juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, das decisões judiciais em que suas autoridades administrativas figurem como coatoras, com a entrega de cópias dos documentos nelas mencionados, para eventual suspensão da decisão e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder;

e - Não se admite a execução provisória da sentença que conceder o mandado de segurança, enquanto não houver o trânsito em julgado.

90 - Analise os casos abaixo, de acordo com as regras traçadas para o inventário e arrolamento, após assinale a alternativa correta:

I - Ilário, cuja mãe faleceu quando de seu nascimento, perde seu pai, que lhe criou sozinho. O herdeiro ingressa com o arrolamento do único imóvel deixado, sendo que a Fazenda Pública manifesta-se nos autos tecendo críticas ao recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis* e doação. O juiz indefere o pedido e promove a adjudicação do imóvel em favor do único herdeiro.

II - João em vida faz doação a seu filho Marcos de imóvel consistente em casa no valor de R\$ 300.000,00. Quando falece (João), os seus dois outros filhos menores, Manoel e Antônio, devidamente representados, ingressam com o pedido de inventário, dos bens deixados, assim como exigem que se traga à colação o referido imóvel doado a Marcos.

III - Fabrício falece, seu filho único, bacharel em história e geografia, em conjunto com sua genitora e esposa do *de cujus*, ingressa com o arrolamento do bem deixado por seu pai, consistente em um único imóvel adquirido quando tinha o herdeiro tenazidade, atribuindo ao mesmo o valor constante do IPTU.

IV - Joana, casada com Lucas, ambos com residência fixa em Campo Grande, tendo em vista o falecimento do último, ocorrido subitamente em festa na residência do casal, ingressa com inventário, que é distribuído para a Vara de Sucessões da Comarca de Campo Grande, arrolado bens móveis, imóveis e semoventes, escravos últimos em regime de engorda em Fazenda de propriedade do casal localizada no Estado do Paraná, no município de Cornélio Procopio. A viúva inventariante na petição inicial requer, dentre outros pedidos, a extração de carta precatória para a Comarca Cornélio Procopio para o recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis* e doação. O juiz indefere esse último pedido.

a - Ilário andou bem, exceto o juiz do arrolamento; foi absurda a posição de Manoel e Antônio; o filho de Fabrício e sua mãe procederam corretamente e, finalmente, o juiz do inventário de Lucas agiu de forma acertada ao indeferir o pedido de extração de carta precatória;

b - Ilário andou bem, assim como o juiz do arrolamento; Manoel e Antônio agiram corretamente; o filho de Fabrício e sua mãe procederam de forma acertada e, finalmente, andou mal o juiz do inventário de Lucas quando indeferiu o pedido de extração de carta precatória;

c - Ilário andou bem, exceto o juiz do arrolamento; Manoel e Antônio agiram corretamente; o filho de Fabrício e sua mãe não procederam de forma acertada e, finalmente, andou mal o juiz do inventário de Lucas quando indeferiu o pedido de extração de carta precatória;



mal, assim como o juiz do arrolamento; Manoel e Antônio formularam requerimento contra o direito posto; o filho de Fabricio e sua mãe não procederam de forma acertada e, finalmente, andou mal o juiz do inventário de Lucas quando indeferiu o pedido de extração de carta precatória;

e - Todos os herdeiros formularam requerimentos contrários ao direito posto.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

91. Julgue as afirmativas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I - A prescrição, na ação que objetiva corrigir desvio funcional, somente alcança as diferenças salariais vencidas no período de cinco anos que precedem o ajuizamento. No caso de pedido de reequadramento, a prescrição é parcial, contada da data do enquadramento do empregado.

II - A transferência do regime jurídico celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo a prescrição bienal a partir da mudança de regime.

III - O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa do cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador de serviços obtido novo emprego.

- a - Somente a afirmativa I é verdadeira;
- b - Somente a afirmativa II é verdadeira;
- c - Somente as afirmativas II e III são verdadeiras;
- d - Somente a afirmativa III é falsa;
- e - Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.

92 - A respeito das férias, julgue as afirmativas a seguir (V para verdadeiro e F para falso):

I - Segundo entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, mesmo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.

II - Terá direito a dezoito dias corridos de férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, houver tido de quinze a vinte e três faltas.

III - O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para o serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de cento e vinte dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

IV - O empregador poderá deduzir do período de férias as faltas injustificadas do empregado ao serviço.

- a - V, V, V, V;
- b - F, V, V, F;
- c - F, F, V, V;
- d - F, V, F, V;
- e - V, F, V, F.

93 - Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O empregador poderá conceder ao empregado, autor de invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos, com incorporação no salário,

mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

II - É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, inclusive quando o menor presta serviços em oficinas de sua família e esteja sob a direção do pai, mãe ou tutor.

III - Segundo a jurisprudência sumulada do TST, as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos.

IV - Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido a suspensão da execução da pena, exclusivamente no tocante a crimes decorrentes do cumprimento do contrato de trabalho.

- a - Todas as afirmativas estão corretas;
- b - Apenas três afirmativas estão corretas;
- c - Apenas duas afirmativas estão corretas;
- d - Apenas uma afirmativa está correta;
- e - Todas as afirmativas estão incorretas.

94 - Considere os enunciados do TST e responda V para verdadeiro e F para falso:

I - Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

II - A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988.

III - A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas.

- a - F, F, V;
- b - F, V, V;
- c - V, F, F;
- d - V, V, F;
- e - F, F, V.

95 - A respeito da arbitragem, julgue as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

II - É característica da arbitragem a confidencialidade ou sigilo, pois o seu conteúdo fica restrito às partes e aos árbitros, que estão obrigados ao sigilo profissional.

III - Somente as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a quaisquer direitos, desde que disponíveis.

- a - Todas as afirmativas estão corretas;
- b - Somente as afirmativas I e III são verdadeiras;



- 96 - Julgue as afirmativas II e III são verdadeiras;
I - Somente a afirmativa II é verdadeira;
e - Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.

96 - Julgue as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado, exceto quanto à reclamação de empregado doméstico e rural.

II - O confesso nem sempre é revel, mas o revel é sempre confesso, pois a falta de defesa resulta na inexistência de objeto litigioso.

III - É admissível a apresentação de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, mesmo na instância recursal, já que a interposição do recurso se constitui num ato reputado urgente, desde que a parte tenha protestado por posterior juntada.

IV - Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas não aproveita as demais, ainda que a empresa que efetuou o depósito não pleiteie a sua exclusão da lide.

- a - Somente a afirmativa I é verdadeira;
b - Somente a afirmativa II é verdadeira;
c - Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras;
d - Somente as afirmativas I e II são verdadeiras;
e - Somente as afirmativas I e IV são falsas.

97 - Dadas as proposições a seguir, aponte, após, a alternativa correta:

I - Conforme jurisprudência consolidada do TST, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 o §4º, art. 2º, da Lei n. 5.584/70, o qual fixa em dois salários mínimos os dissídios de alçada exclusiva das Varas do Trabalho.

II - O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do §1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões, aplicando-se, inclusive, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

III - O prazo para o reclamado comprovar a efetivação do depósito recursal e o recolhimento das custas judiciais é o do recurso, sob pena de deserção.

IV - A carta de fiança bancária não equivale a dinheiro para efeito de gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 655 do CPC.

- a - Todas as proposições estão corretas;
b - Apenas as proposições I e III estão corretas;
c - Apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
d - Apenas as proposições III e IV estão corretas;
e - Apenas as proposições I e IV estão corretas.

98 - Considerando a jurisprudência sumulada do TST, aponte a alternativa correta:

I - O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST interrompem os prazos recursais.

II - Não ocorre deserção de recurso de empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.

III - Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que gozassem desses benefícios anteriormente ao Decreto-Lei n. 779/69.

IV - Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação somente quando houver pedido expresso na petição inicial e for determinado na condenação.

- a - Somente as afirmativas I, II e IV são falsas;
b - Somente as afirmativas II, III e IV são falsas;
c - Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras;
d - Somente as afirmativas II e III são verdadeiras;
e - Todas as afirmativas são falsas.

99 - De acordo com a jurisprudência atualizada do TST, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta (V para verdadeiro e F para falso):

I - Nos termos do art. 114 da CF/1988, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho.

II - A competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias alcança as parcelas integrantes do salário de contribuição, pagas em virtude de contrato de emprego reconhecido em juízo, ou decorrentes de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, objeto de acordo homologado em juízo.

III - A Justiça do Trabalho é competente para declarar a legalidade ou ilegalidade da greve.

IV - Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício.

- a - F, F, V, F;
b - V, F, F, V;
c - F, V, V, F;
d - V, F, V, V;
e - V, V, F, V.

100 - Analise os itens e, após, assinale V para verdadeiro e F para falso:

I - A competência da Justiça do Trabalho para o exame de ação proposta por empregado estrangeiro que prestou serviços no Brasil, dentre outros países, está restrita ao período em que este trabalhador atuou em território brasileiro.

II - É incabível o ajuizamento de ação anulatória para a finalidade de obter-se a nulidade de sentença de mérito transitada em julgado, de acordo com jurisprudência do TST.

III - O marco da incidência da nova competência, estabelecida pela EC 45/04, de acordo com a jurisprudência do STJ, é a prolação da sentença, que caso proferida pela Justiça Estadual, a ação deve nela prosseguir e não na Justiça do Trabalho.

- a - V, V, V;
b - V, F, V;
c - F, V, V;
d - V, V, F;
e - V, F, F.